

GLOBALIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O MEIO AMBIENTE: FORÇAS DESPROPORCIONAIS

Marco Antonio Dias¹

Artigo recebido em dezembro de 2014 e aceito em junho de 2015

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão sobre a globalização e suas interações com o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente. Para isto serão contextualizados os efeitos desta multiplicidade revendo diversos autores, cujo tema já tiveram algum contributo em suas respectivas obras ou ainda mediam forças em relação a evolução histórica da formação do capital, exploração econômica sobre o meio ambiente, a exclusão social e a consequente degradação ambiental.

Palavras-chave: Globalização; Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente.

ABSTRACT

This article proposes a reflection about globalization and its interactions with sustainable development and the environment. For this it will be contextualized the effects of this multiplicity reviewing several authors, whose theme already had some contribution in their respective works or mediate forces about the historical evolution of capital formation, economic exploration over the environment, social exclusion and consequent environmental degradation.

Keywords: Globalization; Sustainable Development and Environment.

¹ Professor da FATEC Zona Sul. email: profmadias@fatec.sp.gov.br.

1 INTRODUÇÃO

A globalização, longe de ser consensual, é, como veremos, um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro: e mesmo no interior do campo hegemônico há divisões mais ou menos significativas (SOUSA SANTOS,2005, p.27).

Vivemos em um mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo. As forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto e por quê. Contudo uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão (HOBSBAWN,2005, p 562).

Pode-se lidar com a globalização de varias formas, conceituando-a de varias maneiras, imaginando-a como um conceito multifacetado, como uma palavra-chave que permeiam temas dos mais diferentes fundamentos ideológicos das ultimas duas décadas.

Entretanto, devemos recuperar o fio da história, baseado é claro, nas estruturas conceituais da Globalização, relacionando-a mesmo que de forma primitiva, aos movimentos mercantilistas do século XVI, no período do metalismo , onde o objeto de crescimento escolhido pelas grandes potencias européias, consistiam em se lançar ao mar usando a navegação como ferramenta para entrada em outras nações e, conseqüentemente o comércio como forma de operar estas relações internacionais.

Não menos importante, é reconhecermos dentro do meio intelectual literário acadêmico, o trabalho realizado por Marx e Engels na elaboração do Manifesto Comunista, onde a gênese da globalização é identificada como segue:

(...) A burguesia vem abolindo cada vez mais a fragmentação dos meios de produção, da posse e da população. Ela aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. Consequência necessária disso tudo foi a centralização política. Províncias independentes, quase que tão somente aliadas, com interesses, leis, governos e sistemas aduaneiros diversificados, foram aglutinadas em uma nação, um governo, um interesse nacional de classe, uma fronteira aduaneira. (IEA,1998, p.12)

(...)As relações burguesas tornaram-se demasiado estreitas para abarcar a riqueza gerada por elas. - Através de que meios a burguesia supera as crises? Por um lado, pelo extermínio forçado de grande parte das forças produtivas; por outro lado, pela conquista de novos mercados e da exploração mais metódica dos antigos mercados. Como isso acontece então? Pelo fato de que a burguesia prepara crises cada vez mais amplas e poderosas, e reduz os meios de preveni-las. (IEA,1998, p.14)

Ainda que o texto acima destacado do Manifesto do Partido Comunista nos coloque frente a frente com o prisma sociológico de classes de Marx, tal reflexão feita em 1872, pouco antes de sua morte, nos convida a pensar que a Globalização cresce vigorosamente após o 1º ciclo da revolução industrial , nos transportando da idade moderna a contemporânea sob o mesmo enredo, com sutis alterações de cenários e guarda-roupa. Embora este artigo não tenha a pretensão de estabelecer um ciclo histórico da globalização, ao menos tenta promover a

reflexão dos dias que se passaram sob a égide de um movimento que nasce, ao menos para este autor, no Mercantilismo e é reconhecido pelo Socialismo Científico de Marx e Engels, não deixando dúvidas de que seus conceitos multifacetados nasceram de perspectivas históricas diferentes em seu tempo e forma.

Seguindo este caminho de diversidades conceituais, encontramos a longo deste caminho, um movimento que nasce em oposição ao Absolutismo, batizado como Liberalismo no século XVII, e com fim dos dois ciclos da revolução industrial e já no início do século XX, contagia corações e mentes da burguesia industrial.

Segundo a literatura em geral, que trata do tema, a globalização apodera-se em sequência cronológica de áreas como o comércio, daí a globalização comercial iniciada com o comércio sob navegação marítima no século XVI; depois da tecnologia, conhecida como globalização tecnológica durante o período da guerra fria (1947-1991); das transações financeiras ou fluxos de investimento a partir dos anos 70, a qual será feito um breve comentário mais a frente; e por último e mais recentemente da produção em um sentido mais amplo, conhecida como globalização produtiva, alicerçada nos pilares da flexibilização da produção e da mão-de-obra.

Os traços da globalização econômica ou financeira é a economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento em escala global. Guiando todas as vertentes da globalização, inclusive a flexibilização produtiva já mencionada no parágrafo anterior, agora é conduzida pelos baixos custos de salários e transportes que aqui trataremos de salário e preços relativos.

Sem esquecer-se de mencionar os mercados financeiros transnacionais, onde existem uma diversidade de atores agrupados entre bancos internacionais, megaespeculadores, fundos mútuos, fundos de pensão que, romperam factualmente e historicamente com o modelo bancário internacional tratado em 1944 por Bretton Woods. Isto significa mais do que simplesmente uma mudança de comportamento, significa que a globalização financeira dragou e fez sucumbir controles, tornando as autoridades internacionais incapazes de lidar com eficiência sobre a volatilidade da circulação de capital especulativo, constituindo na maior ameaça para a estabilidade e previsibilidade do sistema financeiro internacional. (DREIFUSS,1996)

Contudo, a globalização tem sido apontada como a causa e a cura para todos os males do mundo, transformando o tema em algo usual, tão usual, que o conceito se tornou complexo e impreciso. A dificuldade às várias tentativas em defini-lo está no fato de que a globalização se manifesta através de situações e eventos individuais, podendo ocorrer tanto em escala global como local.

Nos últimos vinte e cinco anos deste século que se encerra, uma revolução tecnológica, com base na informação, transformou nosso modo de pensar, de produzir, de consumir, de negociar, de administrar, de comunicar, de viver, de morrer, de fazer a guerra e de fazer amor. Constituiu-se uma economia global dinâmica no planeta, ligando pessoas e atividades importantes de todo o mundo e, ao mesmo tempo, desconectando das redes de poder e riqueza as pessoas e os territórios considerados não pertinentes sob a perspectiva dos interesses dominantes. (...) Seguiram-se a exclusão social e a não-pertinência econômica de segmentos de sociedade, de áreas urbanas, de regiões e de países inteiros, constituindo-se o que chamo de Quarto Mundo. A tentativa desesperada de alguns desses grupos sociais e territórios para conectar-se à economia global e escapar da marginalidade levou a uma situação que chamo de conexão perversa, quando o crime organizado em todo o mundo tirou

vantagem de sua condição para promover o desenvolvimento da economia do crime global (PEREIRA,2004, apud DREIFUSS,1996 ,p.620).

Finalmente, para tratar o tema de forma plural, não poderia deixar de trazer uma reflexão das ciências sociais, uma vez que, apesar de compor esta introdução com vários autores, inclusive sociólogos, cabe sugestivamente uma reflexão isolada do ponto de vista da ciência propriamente dita,

2 REVISÃO DA LITERATURA

A globalização do mundo pode ser vista como um processo histórico-social de vastas proporções, abalando mais ou menos drasticamente os quadros sociais e mentais de referência de indivíduos e coletividades. Rompe e recria o mapa do mundo, inaugurando outros processos, outras estruturas e outras formas de sociabilidade, que se articulam ou impõem aos povos, tribos, nações e nacionalidades. Muito do que parecia estabelecido em termos de conceitos, categorias ou interpretações, relativos aos mais diversos aspectos da realidade social, parece perder significado, tornar-se anacrônico ou adquirir outros sentidos. Os territórios e as fronteiras, os regimes políticos e os estilos de vida, as culturas e as civilizações parecem mesclar-se, tensionar-se e dinamizar-se em outras modalidades, direções ou possibilidades. As coisas, as gentes e as idéias movem-se em múltiplas direções, desenraizam-se, tornam-se volantes ou simplesmente desterritorializam-se (IANNI,1998, p.33).

2.1 Desenvolvimento sustentável e o meio ambiente

Da magnitude ecológico-ambiental depreende-se o mais vigoroso dos processos de globalização com repercussões extraordinárias sobre a atividade científica e sobre os conceitos básicos que utilizamos para conhecer a realidade social e suas interações.(VIOLA,1998) A degradação ambiental e a crise das forças de trabalho, associado a redução da qualidade de vida que impulsiona a exclusão e a desigualdade social, abrem o debate reflexivo da articulação entre trabalho, meio ambiente e desenvolvimento econômico, questionando até que ponto os recursos naturais e a humanidade suportarão o modelo de produção, trabalho e consumo.

Neste prisma de transformações socioeconômicas, agudizaram as crises socioambientais, que ocasionou a desterritorialização da política, em que o Estado é colocado em xeque pelos padrões de internacionalização do processo decisório, e depois também, pelo movimento crescente de desterritorialização de empresas e conglomerados industriais em busca de melhores condições que favoreçam os fatores de produção.(FIORI,1997) Tal mobilidade das empresas decorre das novas formas de organização da produção, permitindo buscar vantagens comparativas em diferentes locais do mundo.(CHESNAIS,1999)

Retomando a questão explicitada anteriormente, a desigualdade social tem mostrado um crescimento quando relacionado com a globalização neoliberal, caracterizando o conhecido processo de exclusão social. Tal processo abre outra dimensão da relação entre desigualdade/ exclusão social e degradação ambiental, pois o ponto crucial que conduz o diálogo entre os ambientalistas, raramente contextualiza as dimensões sociais, política, cultural, econômica que “empurram” os “excluídos” contra o modelo conservacionista ambiental, dada sua necessidade de sobrevivência.

Diante desta contextualização temos um caso clássico no Brasil, um exemplo que brota do modelo de geração elétrica deste país que é fundamentado no modelo hidráulico. Há quase duas décadas, os brasileiros que residiam próximos aos grandes potenciais hidráulicos foram atingidos pela crescente instalação de barragens, dando origem a uma das maiores e mais bem articulada organização não-governamental deste país, o Movimento dos Atingidos por Barragens. (MAB,2008)

A desigualdade social como exposto acima gera a marginalização das atividades produtivas, empurrando esta sociedade marginalizada em direção à degradação ambiental. Tais custos ambientais atingem pessoas que dele dependem para viver e trabalhar, de modo desigual ou segundo sua vinculação ao modo de produção hegemônico (como residir próximo às indústrias poluidoras, lixões, margens dos cursos d'água e áreas com elevada declividade), determinando que grupos em piores condições socioeconômicas fiquem mais expostos do que outros a riscos ambientais. (NOVICKI; MACCARIELLO,2002)

Diante desta crise socioambiental, surgem diferentes modelos de desenvolvimento sustentável, no entanto, todos os modelos sugerem de forma hegemônica soluções para sociedades de percepções totalmente diferentes daquelas que serviram de análise para as tais soluções. A primeira concepção de desenvolvimento sustentável nasce no seio das manifestações do Estado e das corporações, a qual foi concebida e manifestada no Relatório Brundtland, produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU.

(...) argumentar que “ciência e tecnologia podem solucionar todos os nossos problemas a longo prazo” é muito pior do que acreditar em bruxas, já que tendenciosamente omite o devastador enraizamento social da ciência e da tecnologia atuais. Também nesse sentido, a questão central não se restringe a saber se empregamos ou não a ciência e a tecnologia com a finalidade de resolver nossos problemas – posto que é óbvio que devemos fazê-lo -, mas se seremos capazes ou não de redirecioná-las radicalmente, uma vez que hoje ambas estão estreitamente determinadas e circunscritas pela necessidade da perpetuação do processo de maximização dos lucros.(MÉSZÁROS,2002)

Para melhor compreensão desta crise socioambiental partamos da literatura existente, que considera que os impactos ambientais da reestruturação produtiva e tecnológica podem ser diretos ou indiretos, sendo necessário levar em conta que estas consequências específicas da globalização diferem das econômicas em tempo e espaço.

Segundo Dias e Oliveira (2011), tais consequências têm em geral, efeitos de mais longo prazo com características dinâmicas, cumulativas e difíceis de medir por estar em alguns casos associadas a parâmetros qualitativos. Contudo, muitas destas consequências não se veem necessariamente espelhadas nos mercados como, por exemplo; contaminação transfronteiriça, repercussões nos bens globais, impacto sobre a paisagem e perda de biodiversidade.

Geram-se impactos ambientais diretos através da utilização das novas tecnologias para os cultivos alimentícios, industriais e energéticos; a exploração de novos recursos naturais renováveis e não renováveis; a criação e dispersão de novas formas biológicas, e a emissão de novas substâncias no ambiente. Estes impactos ambientais indiretos são gerados através das reacomodações sociais, econômicas, políticas e demográficas que obedecem às mudanças de preços e demandas, da organização social do trabalho, dos sistemas de produção, do emprego, da divisão internacional do trabalho, dos serviços e da realocação e natureza das atividades e assentamentos humanos, induzidos pela penetração da nova onda tecnológica. (OCAMPO,2003)

No entanto, a palavra de ordem nas questões que envolvem mercado e meio ambiente é eficiência, ficando por conta das inovações tecnológicas a missão de consagrar o melhor aproveitamento dos recursos naturais e diminuir os efeitos nocivos das atividades produtivas, ao menos tem sido este o discurso proferido pela “elite empresarial”, a qual segue questionada por vários autores que tratam do tema.

Resgatando o tema das implicações sócio-ambientais oriundas do enorme movimento de capitais em direção aos países em desenvolvimento nas últimas décadas, já mencionadas na introdução deste artigo; tais implicações socioambientais carecem até certo ponto, de um conjunto de políticas capaz de promover um ordenamento dos fluxos de capitais que leve em conta a problemática ambiental inibindo. Um bom exemplo disto são os investimentos na extração predatória de recursos naturais, especialmente em indústrias altamente poluentes, cujas plantas são transferidas dos países avançados para países onde não existem, ou não são efetivas, leis ambientais. (ROMEIRO,1999)

2.2 As vantagens comparativas e a hegemonia da globalização

Cabe lembrar o que já foi dito na introdução deste artigo, onde o mesmo está longe de construir uma linha histórica e temporal da Globalização, no entanto, não podemos nos esquivar de algumas buscas históricas a fim de estabelecer um contato com as teorias que permeiam o “processo hegemônico” desta mesma Globalização.

Ao comentar as vantagens comparativas deve-se por obrigação histórica recuperar Adam Smith em sua obra “A Riqueza das Nações”, editada em 1776, do qual tratou das “vantagens absolutas”. Neste caso, ele afirmava que cada país deveria concentrar seus esforços no que poderia produzir a custo mais baixo e trocar seu excedente com outros países por produtos de menor valor. Em geral, essa situação é criada pela especialização, mas, no caso de produtos agrícolas, a condição climática favorável é fundamental.

A partir deste estudo, Ricardo provou que cada país seria beneficiado caso se especializasse no produto onde detém maior vantagem comparativa, o produto total global de cada bem aumenta, melhorando a situação de todos os países envolvidos nas trocas internacionais, pois menores seriam os custos de produção, os salários de subsistência dos trabalhadores e em consequência os lucros seriam os maiores possíveis.

Vale recordar que este modelo Ricardiano assume como sendo único fator produtivo o trabalho, não sendo possível analisar os efeitos distributivos do rendimento. Sendo assim, todos os países ganhariam quando houvesse uma liberdade de comércio, no entanto pode haver alguns indivíduos, empresas e fatores de produção que ficam prejudicados e teriam rendimentos maiores se existissem “restrições” ao comércio.

Os que perdem tentam defender-se do inimigo internacional e surge o protecionismo, que é uma política comercial criada para proteger as indústrias nacionais das importações de custo “competitivo demais”. Tal Protecionismo representa uma anti-globalização, por ferir um dos principais pilares do neoliberalismo que é o do livre trânsito comercial. Ainda que aqui não caiba maiores explicações, vale lembrar que este tipo de instrumento, curiosamente, é largamente utilizado por países desenvolvidos e tidos como liberais.

Retomando o parágrafo anterior, as relações comerciais internacionais nos mostram que a competitividade dos produtos não é só determinada pela vantagem comparativa, mas também pela valorização ou desvalorização dos capitais. Porém, apesar das suas limitações, a teoria da vantagem comparativa é uma das verdades mais profundas de toda a economia

contemporânea; e um país que não respeita tal vantagem comparativa paga um preço elevadíssimo em sua balança comercial.

Então, poderia afirmar que a associação entre crescimento econômico e bem-estar social é óbvia e verdadeira quando se parte de uma situação de pobreza ou miséria, mesmo imaginando um mundo alicerçado nas relações de vantagens comparativas. Também é compreensível, embora lamentável, que as populações pobres dos países em desenvolvimento associem o aumento do bem-estar aos padrões de consumo prevalecentes nos países industrializados avançados e que, a globalização difunde através da mimetização desses padrões pelas elites locais nas mais variadas e diversas regiões do globo.

Nesse sentido e agora aplicando toda esta busca histórica que foi feita ao modelo de desenvolvimento sustentável, a capacidade dos Estados de definir políticas ambientais nacionais é reduzida pela globalização da cultura consumista, que resulta de uma dada visão de mundo, cuja mudança para atender às demandas da reconciliação entre economia e meio ambiente assume um caráter de mudança civilizacional.

A solução para o problema ambiental requer a passagem de uma civilização do ter para uma civilização do ser. Nos organismos internacionais criados para tratar da problemática ambiental, a consciência da magnitude desse desafio é clara e se encontra expressa em documentos e declarações oficiais, juntamente com as sugestões das políticas, nacionais e internacionais, capazes de promover as mudanças necessárias. (SACHS,1986)

É fundamental ter em conta que esse processo de conscientização ecológica representa um processo “hegemônico” de formação de valores através da discussão pública, cujo consenso e transparência devem ser assegurados precisamente por essa crescente participação de uma pluralidade de instituições governamentais, de forma, a representar o mais amplo espectro possível de interesses.

2.3 Percepção ambiental e sustentabilidade, uma contribuição de Gramsci

Gramsci relatou com extrema lucidez, a luta pela hegemonia existente na sociedade e a necessidade de coerência nas concepções que cada educador deve construir para iluminar sua prática. Ainda de acordo com o autor italiano, há identificação entre a filosofia e a política na medida em que a escolha de uma concepção de mundo é um fato político. (GRAMSCI,1984)

Então, recorrendo a esta valiosa contribuição, a hegemonia deve materializar nas estruturas socioeconômicas e no Estado uma concepção de mundo e de vida com expressões nas diferentes dimensões da totalidade social e reflexos na vida cotidiana. E ainda, contrapor a dimensão reducionista a qual com relativa frequência é apropriado o meio ambiente, gerando uma falsa consciência ambiental onde o que importa é a preservação de um meio sem o homem, marginalizando as relações sociais, as exclusões, as diversidades culturais, que nesta ótica, não pertenceriam ao meio ambiente.

Se a realidade não pode ser reduzida, o homem, conseqüentemente, não pode ser reduzido. Ele é o processo de seus atos e muito mais que sua individualidade, é relação orgânica (e não justaposta) com os outros homens e com a natureza. A complexidade das relações sociais faz com que o homem mude com o mudar dessas relações. A natureza do homem se identifica com sua história, dando à história o significado de mudança e devir. (PLANTAMURA,2009)

3 CONSIDERAÇÕES

É muito possível que tudo que este artigo reuniu tenha algum sentido nostálgico, que vá do contraditório ao consenso, e que fundamentalmente ocupe mais uma vez o lugar dos textos óbvios e de contribuição duvidosa.

No entanto, como já explicitado em sua introdução, utilizamos este espaço para reunir contribuições reflexivas das mais heterogêneas linhas de pensamento, buscando incessantemente a “palavra viva” de quem ajuda a construção da história dos nossos tempos, enfim, um debate conceitual e prático por que não dizer.

REFERÊNCIAS

CHESNAIS, F. A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

DIAS, M.A; OLIVEIRA, H.A. “Princípios do Equador: diálogo entre a sociedade e os bancos? Uma visão brasileira”. In Revista Eletrônica Ponto e Vírgula. São Paulo: n. 10. 2º semestre ,2011

DREIFUSS, R.A Época das Perplexidades: Mundialização, Globalização e Planetarização. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996

FIORI, J. L. Os moedeiros falsos. Petrópolis: Vozes, 1997.

GRAMSCI, A. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1984.

HOBBSBAWN, E. Era dos extremos – O breve século XX (1914 – 1991). São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2005

IANNI, O.” As ciências sociais na época da globalização”. In Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: Vol. 13, n. 37, p.33-41. Junho ,1998

IEA-Instituto de Estudos Avançados da USP. “Manifesto do Partido Comunista”.In Revista Estudos Avançados. São Paulo:Vol.12, n.34, p.7-46.Dezembro,1998.

MAB. Água, Minérios e Modelo Energético: Para que? E Para quem? Texto disponível: <www.mabnacional.org.br/artigos/031108_modelo_energetico>, 2008. Lutas sociais, hegemonia e democratização no planejamento e na gestão urbana.

MÉSZÁROS, I. Para além do Capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NOVICKI, V; MACCARIELLO, M. C. M. M. “Educação Ambiental no Ensino Fundamental: as representações sociais dos profissionais da Educação”. In: 25ª Reunião anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação da ANPED, 2002. Caxambu: 25ª Reunião Anual. 2002.

OCAMPO, J.A. Globalización y desarrollo: Una reflexión desde América Latina y el Caribe. Bogotá: ECLAC, World Bank and Alfaomega, 2003.

PEREIRA, A.C.A. O Brasil e os Novos Desafios do Direito Internacional, Soberania e Pós-Modernidade, Editora Forense, Rio de Janeiro, 2004, página 620.

PLANTAMURA, V. Gramsci e a sustentabilidade: as possibilidades de uma consciência ambiental crítica. Revista Iberoamericana de Educación .ISSN: 1681-5653 n.º 49/2, abr.2009

ROMEIRO, A.R. Globalização e Meio Ambiente. Foz do Iguaçu: Paper apresentado no “XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural”, 1999.

SACHS, I. Ecodesenvolvimento. Crescer sem destruir. São Paulo: Ed. Vértice, 1986.

SOUZA SANTOS, B(org.). A Globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: Ed. Cortez, 3ª edição, 2005.

VIOLA, E. “A Globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998”. Chicago: Paper apresentado no "XXI International Congress of the Latin American Studies Association", Panel ENV 24, Social and Environmental Change in the Brazilian Amazon, 24-26 de Setembro de 1998.